

Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 72

Daniel Couri

Diretor-Executivo

Vilma Pinto

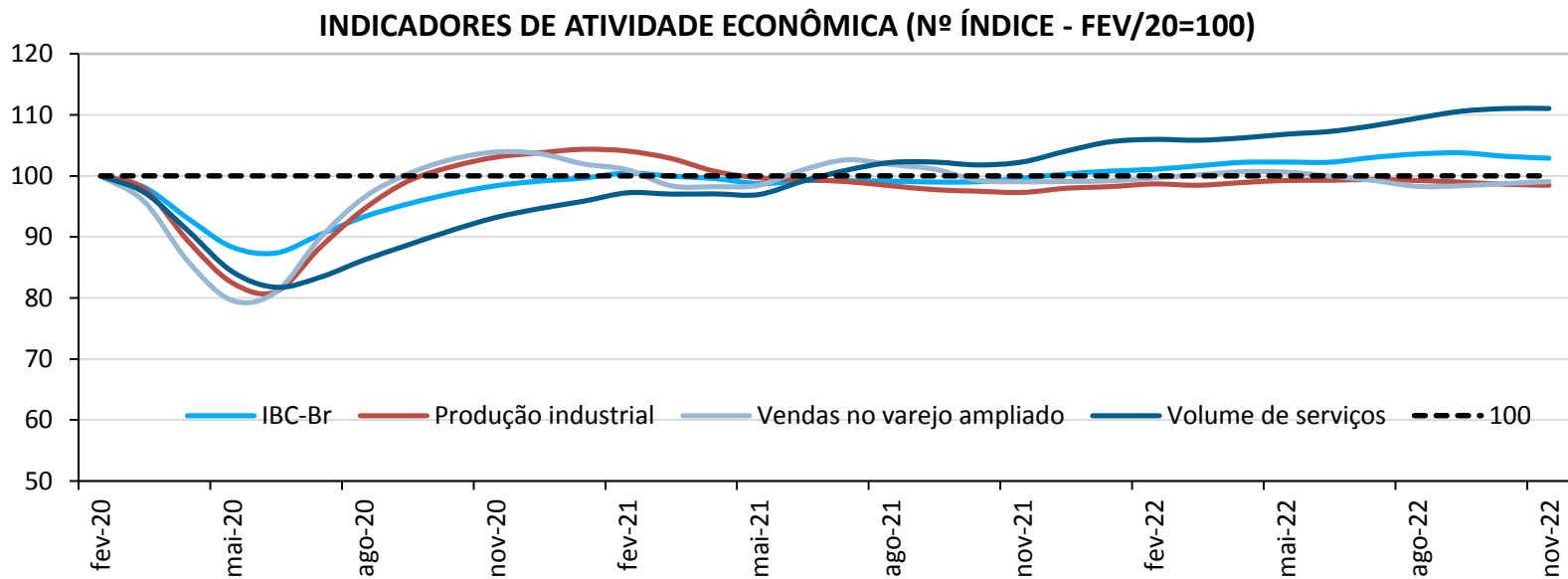
Diretora

Relatório completo [aqui](#)

Brasília, 18 de janeiro de 2023

- Piora das expectativas de inflação adia processo de redução da taxa Selic.
- Medidas de aumento de tributos têm maior probabilidade de materialização.
- Receitas não administradas impulsionaram a arrecadação em 2022.
- Despesas primárias da União devem encerrar 2022 em R\$ 1.802,4 bilhões (18,0% do PIB).
- EC da Transição e alteração na LDO de 2022 contribuíram para geração de espaço no teto de gastos de 2022.
- Cenário da IFI para despesas primárias de 2023 sinaliza para expansão de 0,7p.p. do PIB ante 2022.
- Projeção da IFI para o deficit primário da União é de 1,1% do PIB em 2023.
- Despesa primária recorrente teve alta real de 7,8% em 2022.
- Dívida bruta deverá encerrar 2023 em 77,8% do PIB, alta de 3,6 p.p. do PIB.

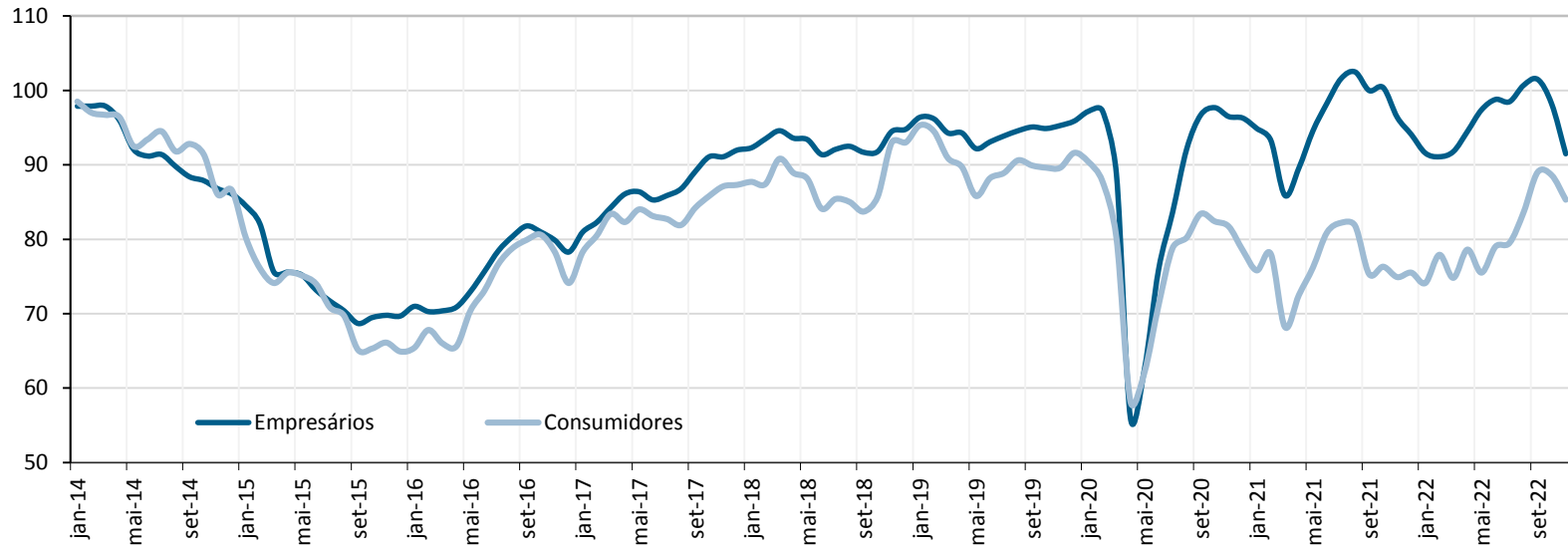
- Retração do patamar da indústria e varejo que permanecem abaixo do nível pré-pandemia.
- Na comparação com outubro, a produção industrial e as vendas do comércio varejista ampliados recuaram 0,1% e 0,6%, após ajuste sazonal.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

- A expectativa para a variação real do PIB em 2022 permanece em 3,0%.
- IFI projeta que o PIB recue 0,4% no quarto trimestre na comparação com o período imediatamente anterior, após ajuste sazonal.

ÍNDICES DE CONFIANÇA (SÉRIES DESSAZONALIZADAS)



Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

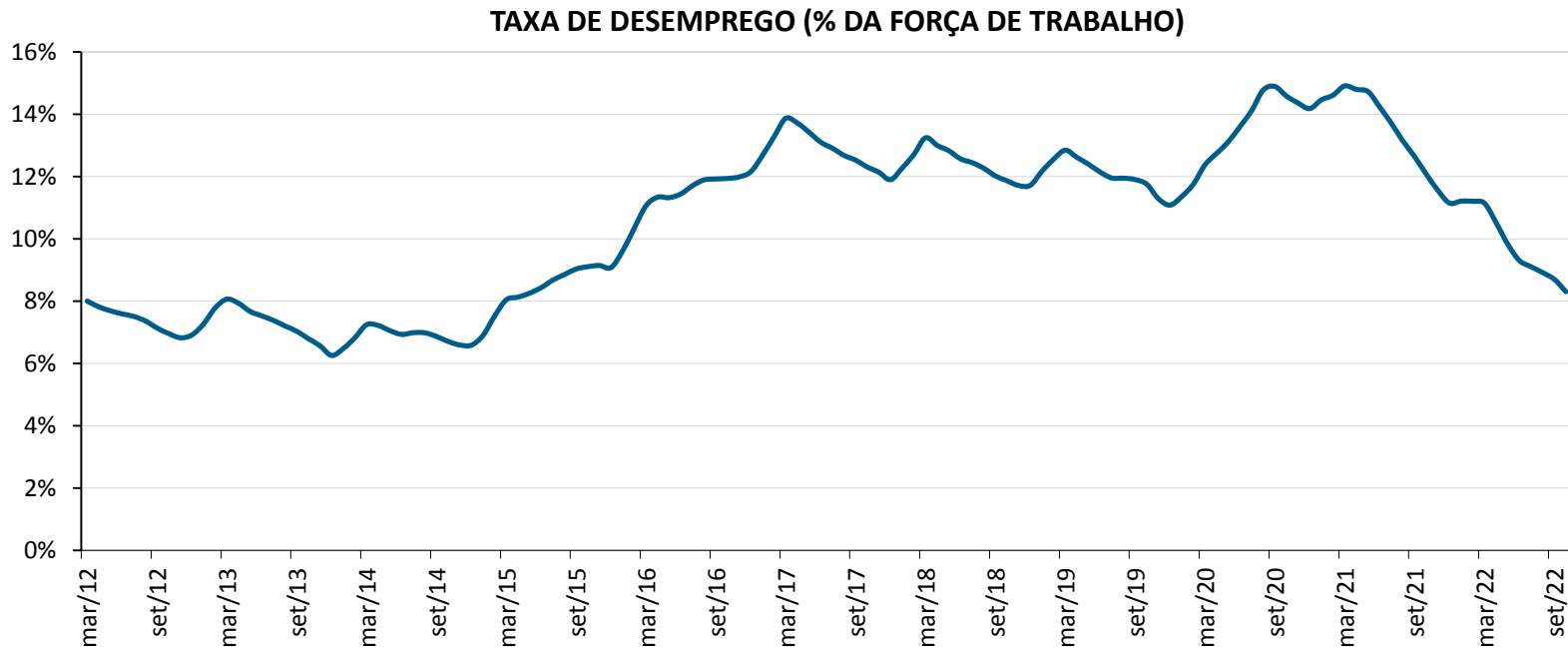
- Projeção para o PIB em 2023 e 2024 contempla crescimento de 0,9% e 1,6%.
- Para 2024, projeta-se crescimento adicional de 1,6% em decorrência da melhora marginal esperada para o consumo das famílias.

PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB EM VOLUME

	2021	2022	2023	2024
PIB e componentes (variação real)	5,00%	3,00%	0,90%	1,60%
Consumo das famílias	3,70%	4,00%	1,00%	1,70%
Consumo do Governo	3,50%	1,40%	1,00%	1,00%
Formação Bruta de Capital Fixo	16,50%	1,00%	1,50%	1,00%
Exportação	5,90%	4,00%	1,80%	3,00%
Importação	12,00%	2,00%	3,00%	2,50%
Contribuições para a variação real do PIB (p.p.)				
Demanda interna	5,9	2,7	1,1	1,5
Consumo das Famílias	2,4	2,6	0,7	1,1
Consumo do Governo	0,7	0,3	0,2	0,2
Investimento (FBCF e variação de estoques)	2,8	-0,1	0,3	0,2
Exportações líquidas	-0,9	0,4	-0,3	0,1

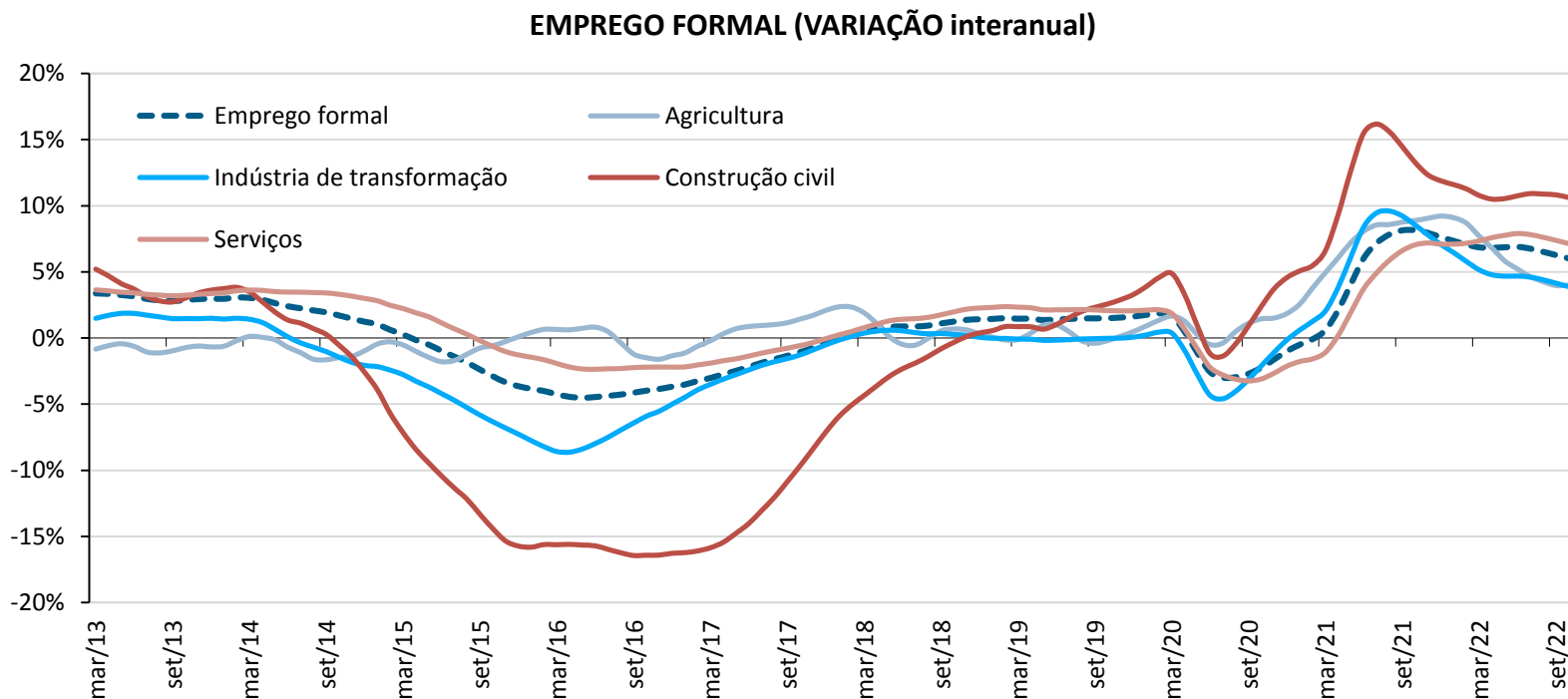
Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: IFI.

- Os dados de outubro da PNAD Contínua apresentaram uma dinâmica positiva do mercado de trabalho, marcado pela expansão da população ocupada e dos rendimentos.
- Apesar de positiva, a geração de postos de trabalho tem ocorrido em um ritmo mais brando nos últimos meses.



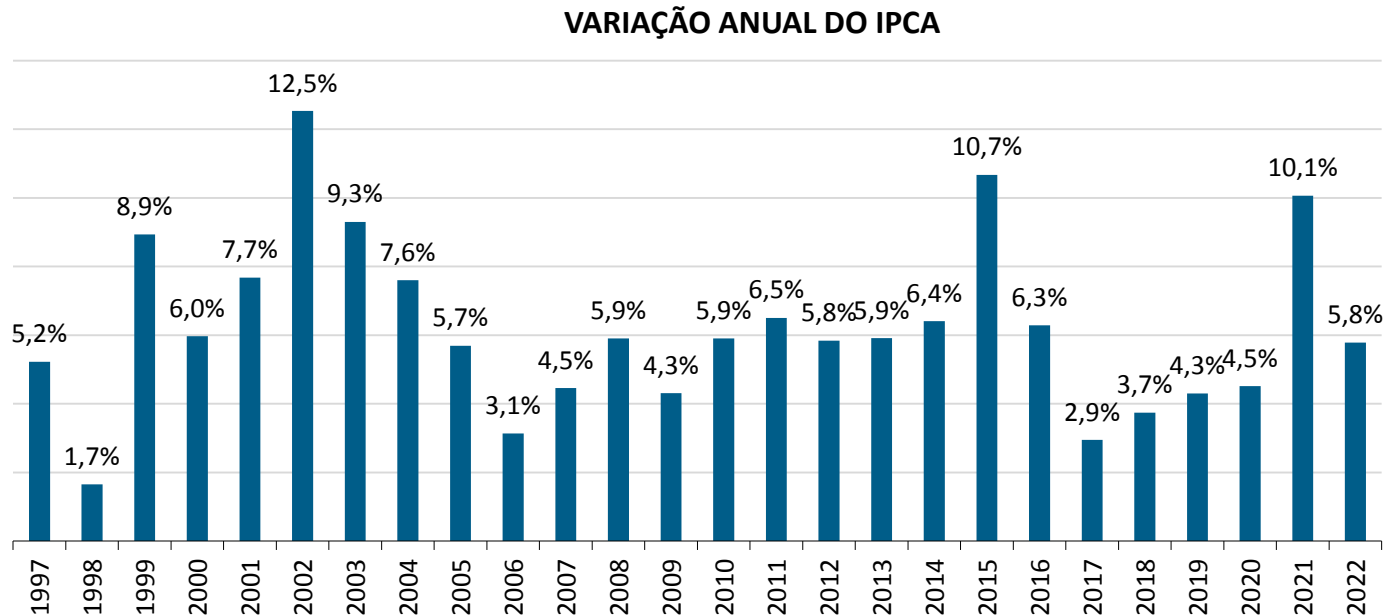
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Desaceleração do emprego formal é observada nos principais setores de atividade.
- A evolução em um ritmo mais moderado do emprego com carteira assinada tem ocorrido nos principais setores de atividade, com destaque para a agropecuária (4,1% em novembro) e a indústria de transformação (3,6%).



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: IFI.

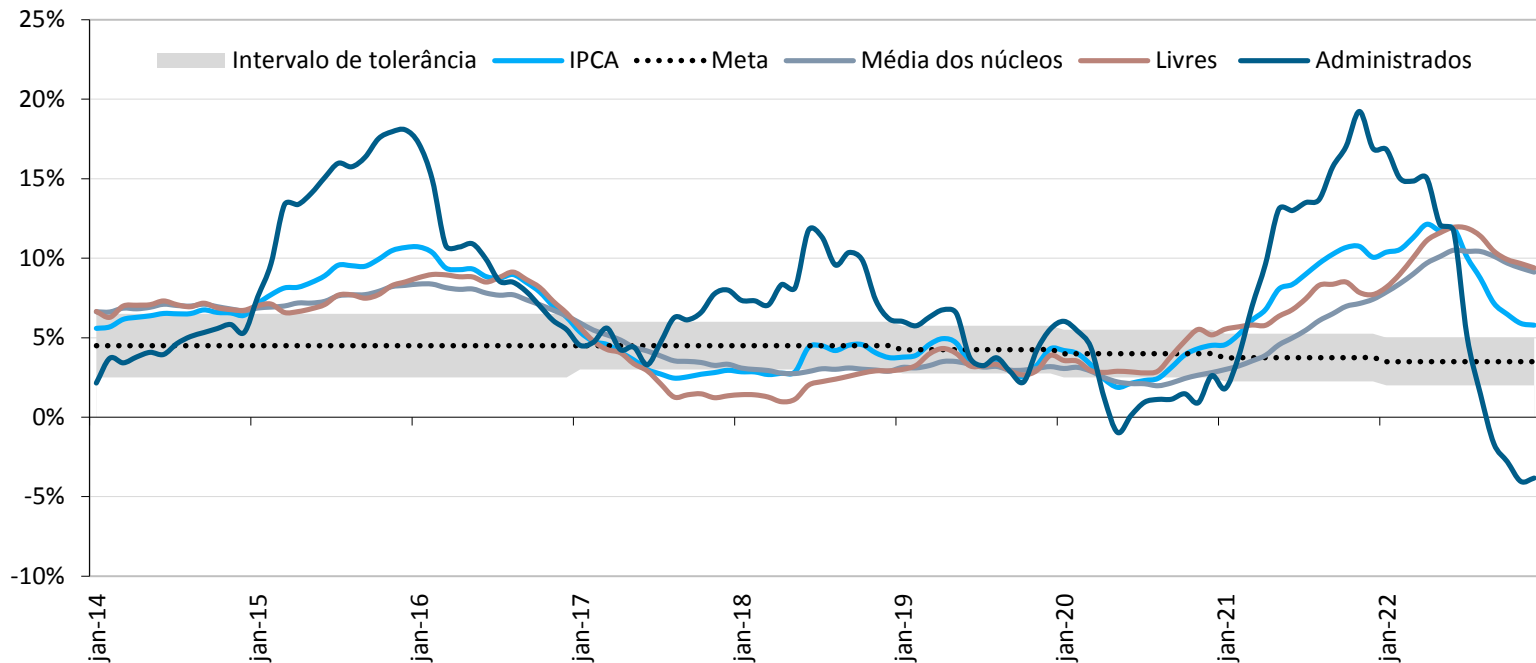
- IPCA encerrou 2022 em 5,8%, acima do limite superior da meta.
- A inflação ao consumidor em dezembro, medida pelo IPCA, foi de 0,62%, acima da taxa registrada no mês anterior (0,41%).



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

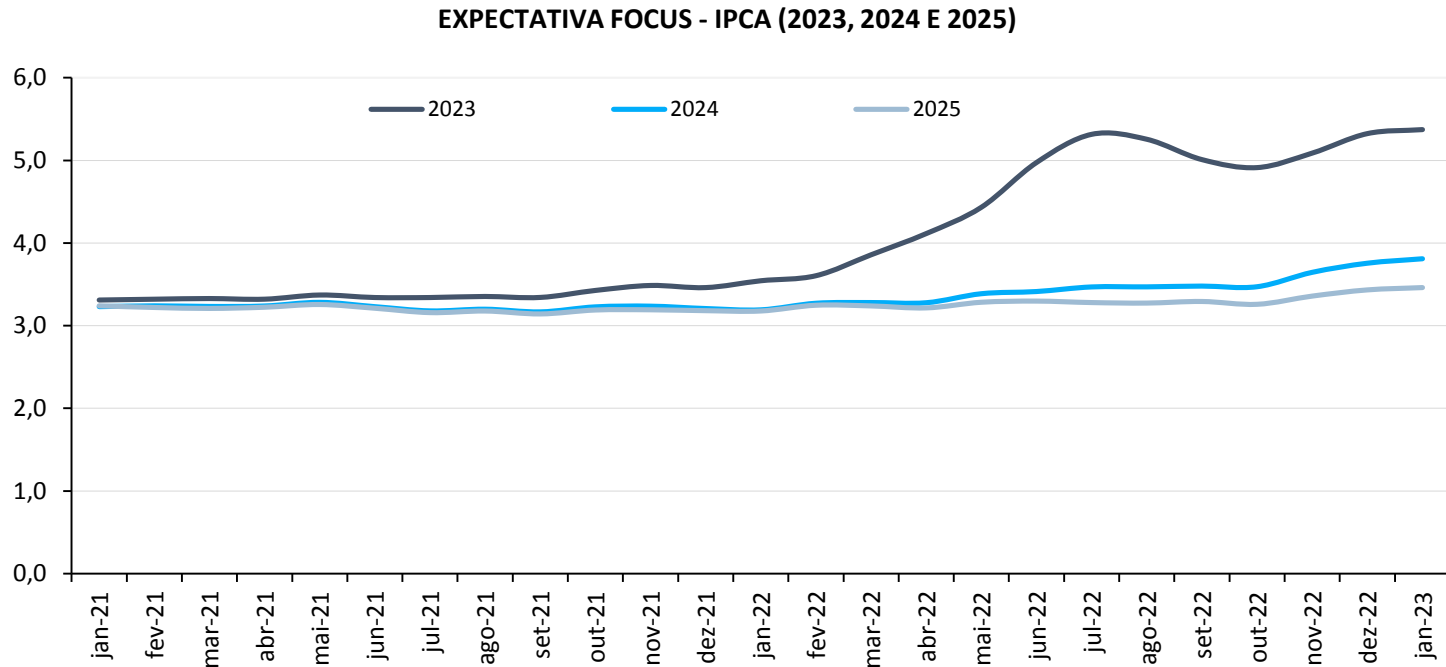
- Em doze meses os preços livres aumentaram 9,4%, com pressões da alimentação no domicílio (13,2%), dos bens industriais (9,6%) e dos serviços (7,6%).
- A média dos núcleos de inflação acompanhados pelo Banco também superou o limite da meta, desacelerando de 9,4% em novembro para 9,1% em dezembro

IPCA, META DE INFLAÇÃO E INTERVALO DE TOLERÂNCIA (% 12 meses)



Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração:IFI.

- Expectativas de inflação para 2023 e 2024 estão acima da meta (3,25% e 3,0%, respectivamente).
- A pesquisa Focus também manteve os ajustes altistas nas expectativas para inflação no horizonte de 2024 (3,8%) e 2025 (3,5%).



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Pelo lado das despesas, as ações pretendidas envolvem renegociação de contratos e autorização para execução de despesas em montante inferior ao estipulado na LOA 2023.
- O resultado primário após as ações passaria a ser positivo em R\$ 11,1 bilhões, ou 0,1% do PIB no melhor dos cenários, e de deficit de R\$ 104 bilhões (1,0% do PIB) com a não materialização de todas as medidas.

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE IMPACTO NO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

Medida	Impacto anunciado pelo Ministério da Fazenda (R\$ bilhões)		Valor considerado para efeito de projeção da IFI		Avaliação qualitativa
	2023	2024	2023	2024	
Deficit primário do governo central constante da LOA 2023	-231,6				
Ações de receitas extraordinárias	73	-	23		
Receita com transferência de recursos do PIS/Pasep para o Tesouro	23	-	23		Factível
Incentivo extraordinário à redução de litigiosidade no Carf	35	-	-		Medida incerta
Incentivo extraordinário à denúncia espontânea	15	-	-		Medida incerta
Ações de receitas permanentes	83,3	120,9	33,3	60,5	
Aproveitamento de crédito do ICMS	30	39,8	-	-	Medida incerta
PIS e Cofins sobre receita financeira	4,4	6	4,4	6	Factível
Volta de cobrança de PIS e Cofins sobre combustíveis	28,9	54,5	28,9	54,5	Factível
Efeito permanente do incentivo à redução de litigiosidade no Carf	15	15,5	-	-	Medida incerta
Efeito permanente do incentivo à denúncia espontânea	5	5,2	-	-	Medida incerta
Reestimativa de receitas	36,4	37,5	-	-	
Ações de reduções nas despesas	50	26,6	-	-	
Efeito permanente da revisão de contratos e programas	25	26,6	-	-	Medida incerta
Execução inferior ao autorizado na LOA 2023	25	-	-	-	Factível
Efeito líquido sobre o resultado primário	142,7	131,9	56,3	60,5	
Resultado primário final	11,1				

Fonte: Ministério da Fazenda. Elaboração: IFI.

- Receita primária da União alcançou 23,1% do PIB em 2022.
- Receitas não administradas exerceram a maior influência para o aumento da receita no ano passado.
- A receita líquida do governo central subiu 0,8 p.p. do PIB em 2022 na comparação com o ano anterior (alta real de 7,6% para R\$ 1.854,1 bilhões).

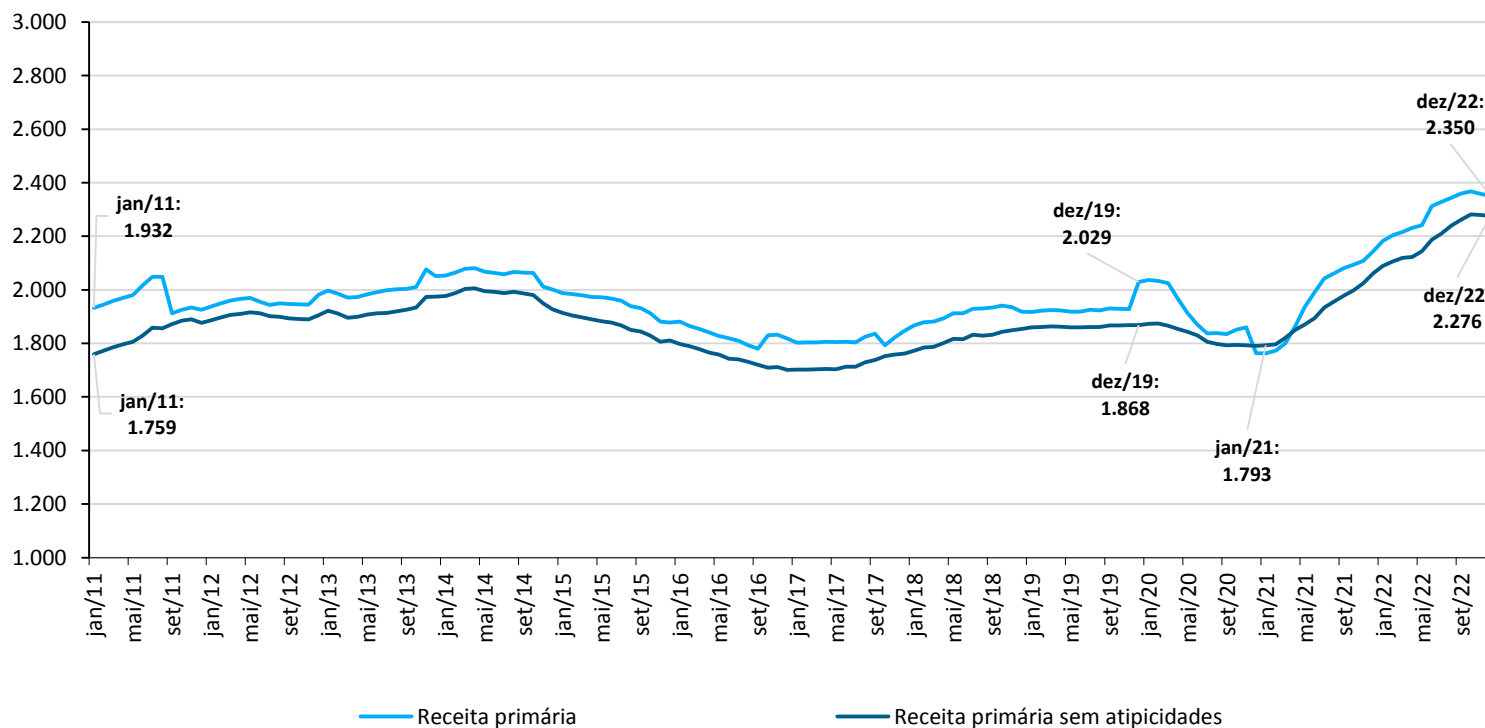
RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A DEZEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Dez/20			Jan-Dez/21			Jan-Dez/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	1.468,10	-13,10%	19,30%	1.932,60	21,60%	21,70%	2.311,50	9,60%	23,10%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	899,5	-8,10%	11,80%	1.195,70	22,90%	13,40%	1.390,50	6,50%	13,90%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,00%	-0,2	-	0,00%	-0,1	-	0,00%
<i>Receitas do RGPS</i>	404,8	-5,30%	5,30%	462,2	5,40%	5,20%	534,3	6,00%	5,30%
<i>Receitas não administradas</i>	163,9	-42,20%	2,20%	274,9	54,30%	3,10%	386,8	29,10%	3,90%
Transferências	263,8	-11,40%	3,50%	353,5	23,70%	4,00%	458,6	18,80%	4,60%
Receita líquida	1.204,30	-13,50%	15,80%	1.579,10	21,10%	17,70%	1.853,00	7,60%	18,50%
Receita total sem atipicidades*	1.489,60	-4,10%	19,60%	1.858,20	15,10%	20,90%	2.238,10	10,40%	22,40%
Receita líquida sem atipicidades*	1.225,80	-3,30%	16,10%	1.504,60	13,30%	16,90%	1.779,60	8,40%	17,80%
PIB (R\$ bi correntes)	7.609,60			8.898,70			9.990,00		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI. * As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- Em novembro e dezembro, houve relativa acomodação na receita primária.
- A receita primária recorrente saiu de R\$ 1.793 bilhões, em janeiro de 2021, para R\$ 2.276 bilhões em dezembro de 2022.

EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA RECEITA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE - R\$ BILHÕES A PREÇOS DE DEZ/22



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Recolhimentos de dividendos e exploração de recursos naturais impulsionaram as receitas não administradas no período recente.
- Em 2021, da alta de 0,9 p.p. do PIB dessa arrecadação, 0,4 p.p. decorreu de dividendos e 0,3 p.p. da exploração de recursos naturais. Em 2022, essas contribuições foram de 0,4 p.p. do PIB e 0,3 p.p., nesta ordem.

RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BIHÕES CORRENTES E % DO PIB)

	2001-2010		2011-2020		2020		2021		2022	
	R\$ bi correntes	% PIB	R\$ bi correntes	% PIB	R\$ bi correntes	% PIB	R\$ bi correntes	% PIB	R\$ bi correntes	% PIB
Receitas não administradas	657,8	2,70%	1.639,00	2,70%	163,9	2,20%	274,9	3,10%	386,8	3,90%
<i>Concessões e permissões</i>	22,1	0,10%	219,5	0,40%	8,2	0,10%	9,9	0,10%	46,8	0,50%
<i>Dividendos e participações</i>	98,6	0,40%	139,6	0,20%	6,6	0,10%	43,5	0,50%	87	0,90%
<i>Contr. Plano de seguridade social do servidor</i>	46,2	0,20%	123	0,20%	17,4	0,20%	17,9	0,20%	17,3	0,20%
<i>Receitas de exploração de recursos naturais</i>	154,3	0,60%	408,8	0,70%	56,5	0,70%	94,1	1,10%	132,5	1,30%
<i>Receitas próprias</i>	79	0,30%	144,2	0,20%	13,3	0,20%	16,7	0,20%	21,1	0,20%
<i>Contribuição do salário educação</i>	64,8	0,30%	186,9	0,30%	21,3	0,30%	24	0,30%	27,3	0,30%
<i>Complemento para o FGTS</i>	0	0,00%	36,1	0,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<i>Demais receitas não administradas</i>	192,8	0,80%	381	0,60%	40,7	0,50%	68,8	0,80%	54,8	0,50%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

- Projeções consideram fim da desoneração sobre combustíveis e transferência dos recursos do PIS-Pasep.
- O cenário base incorpora a desoneração permanente do IPI em 35%, a volta da cobrança do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol a partir de março de 2023, além da transferência de R\$ 23,0 bilhões das contas do PIS-Pasep para o Tesouro.

PROJEÇÕES DE RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL PARA 2023 E 2024 NO CENÁRIO BASE

Cenário base	2023	2024
1. Receita primária total	2.308,70	2.479,40
Receitas administradas	1.438,40	1.521,40
Arrecadação líquida para o RGPS	567	604,2
Receitas não administradas	303,3	353,7
2. Transferências por repartição de receita	446,2	466,3
3. Receita primária líquida [1-2]	1.862,50	2.013,10

Fonte: IFI.

- Despesas primárias devem encerrar 2022 em R\$ 1.802,4 bilhões (18% do PIB), de acordo com a antecipação realizada no Siga Brasil.
- A despesa primária recorrente do governo central somou R\$ 1.757,7 bilhões (17,6% do PIB) em 2022, alta real de 7,8% sobre 2021.

DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A DEZEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

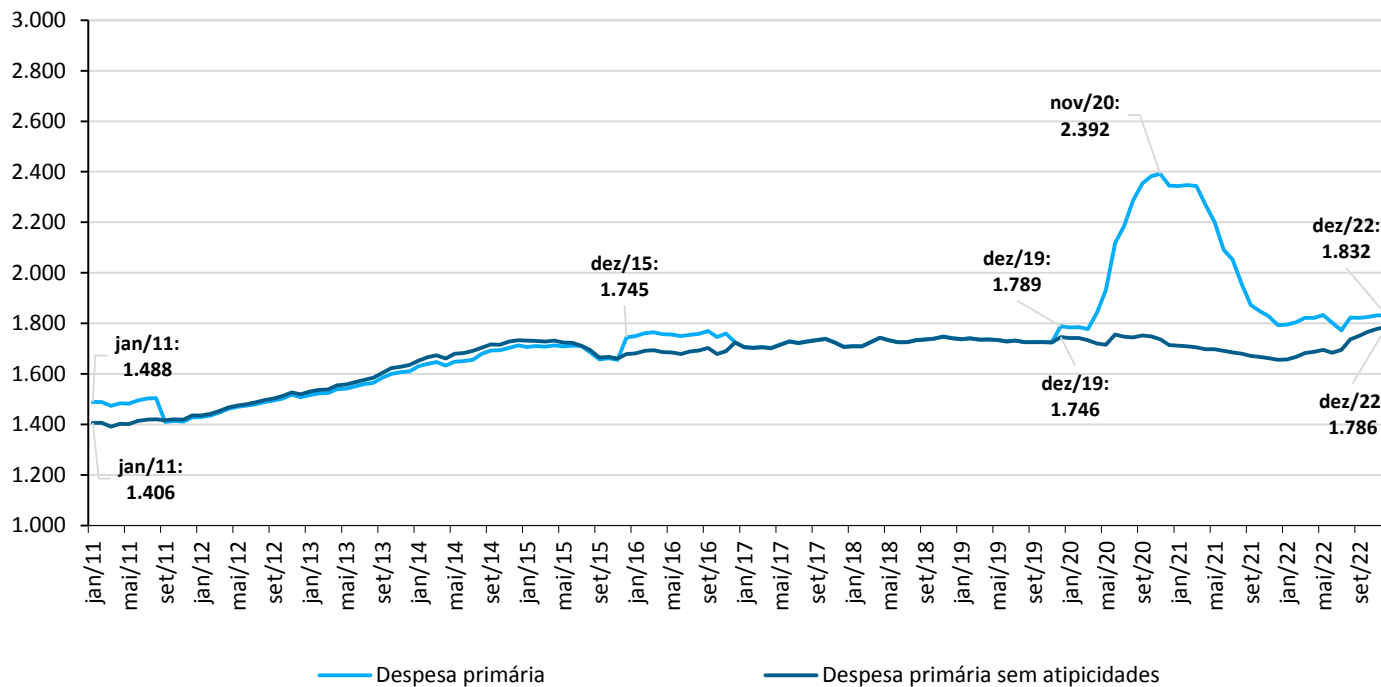
Discriminação	Jan-Dez/20			Jan-Dez/21			Jan-Dez/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	1.947,60	31,10%	25,60%	1.614,20	-23,60%	18,10%	1.802,40	2,20%	18,00%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	663,9	2,80%	8,70%	709,6	-1,30%	8,00%	796,9	2,60%	8,00%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	321,3	-0,60%	4,20%	329,3	-5,40%	3,70%	338	-6,10%	3,40%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	59,6	3,90%	0,80%	45,9	-28,30%	0,50%	64,3	27,60%	0,60%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	62,7	1,70%	0,80%	67,7	-0,20%	0,80%	78,8	6,50%	0,80%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	429,6	-	5,60%	117,2	-74,90%	1,30%	47	-63,30%	0,50%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	9,4	-10,50%	0,10%	7,3	-28,50%	0,10%	3,1	-60,80%	0,00%
<i>Fundeb</i>	15	-6,70%	0,20%	22	34,90%	0,20%	32,9	37,00%	0,30%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	22,9	44,30%	0,30%	18,8	-24,30%	0,20%	17,4	-16,50%	0,20%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	21,1	81,90%	0,30%	7,5	-67,60%	0,10%	15,6	91,20%	0,20%
Obrigatórias	1.839,20	39,60%	24,20%	1.490,30	-25,20%	16,70%	1.650,30	1,20%	16,50%
Obrigatórias com controle de fluxo	133,5	-9,50%	1,80%	145,2	0,40%	1,60%	219,4	38,50%	2,20%
Discricionárias	108,4	-35,80%	1,40%	123,9	4,50%	1,40%	152,1	13,30%	1,50%
Despesa total sem atipicidades*	1.426,30	-1,80%	18,70%	1.493,30	-3,40%	16,80%	1.757,70	7,80%	17,60%
PIB (R\$ bi correntes)	7.609,60			8.898,70			9.990,00		

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: SIGA Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- Despesa recorrente mostra crescimento em 2022.
- A despesa recorrente alcançou o R\$ 1.786 bilhões, em termos reais, em dezembro. Isso ocorre em razão das despesas autorizadas pelas Emendas Constitucionais nº 113 e 114.

EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA DESPESA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE - R\$ BILHÕES A PREÇOS DE DEZ/22



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Números antecipados pela IFI para 2022 mostram que as despesas primárias da União devem ficar R\$ 23,8 bilhões abaixo do estimado pelo Governo.
- Contribuiu para essa execução menor que o projetado pela STN as despesas obrigatórias com controle de fluxo e os créditos extraordinários.

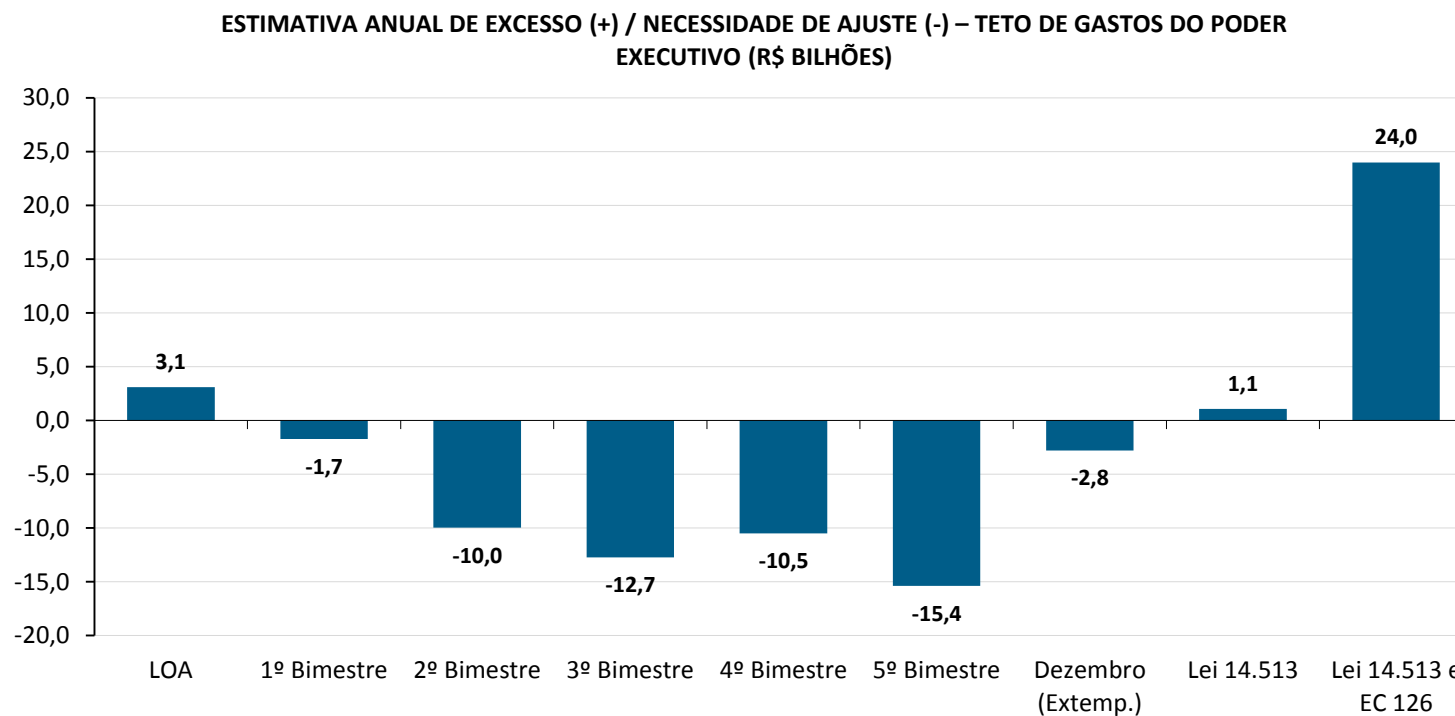
DESPESA PRIMÁRIA DA UNIÃO 2022 – CENÁRIO BASE DA IFI E PROGRAMAÇÃO DO GOVERNO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022	Governo	IFI	Diferença		Diferença	
	(realizado)	(em dez/22)	(em dez/22)	(Gov. - 2022)		(IFI - 2022)	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	R\$ bi	%
Despesa Primária	1.802,40	1.826,20	1.809,60	23,9	1,3	7,2	0,4
Obrigatórias	1.650,30	1.678,20	1.660,60	28	1,7	10,3	0,6
Previdência	796,9	798,1	796,9	1,2	0,1	0	0
Pessoal	338	339,4	336,9	1,4	0,4	-1,1	-0,3
Abono e Seguro	64,3	66,2	64,5	1,9	2,9	0,2	0,4
BPC	78,8	79,8	78,6	1	1,2	-0,2	-0,3
Bolsa Família / Auxílio Brasil	88,2	88,4	87,8	0,2	0,2	-0,4	-0,5
Precatórios (custeio e capital)	17,4	18	17,4	0,6	3,3	0	0
Complementação ao FUNDEB	32,9	33,9	33,7	1	3	0,8	2,5
Subsídios e Subvenções	15,6	16,6	16,2	1	6,3	0,6	3,9
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	15,2	16,9	15,2	1,7	11,4	0	0,1
Desoneração da folha	3,1	3,1	3,1	0	0	0	0,1
Créditos extraordinários	47	56,4	49,6	9,4	20,1	2,6	5,6
Demais obrigatórias	152,9	161,6	160,6	8,7	5,7	7,7	5
Discricionárias do Executivo	152,1	148	149	-4,1	-2,7	-3,1	-2

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de dezembro, Siga Brasil, STN e IFI.

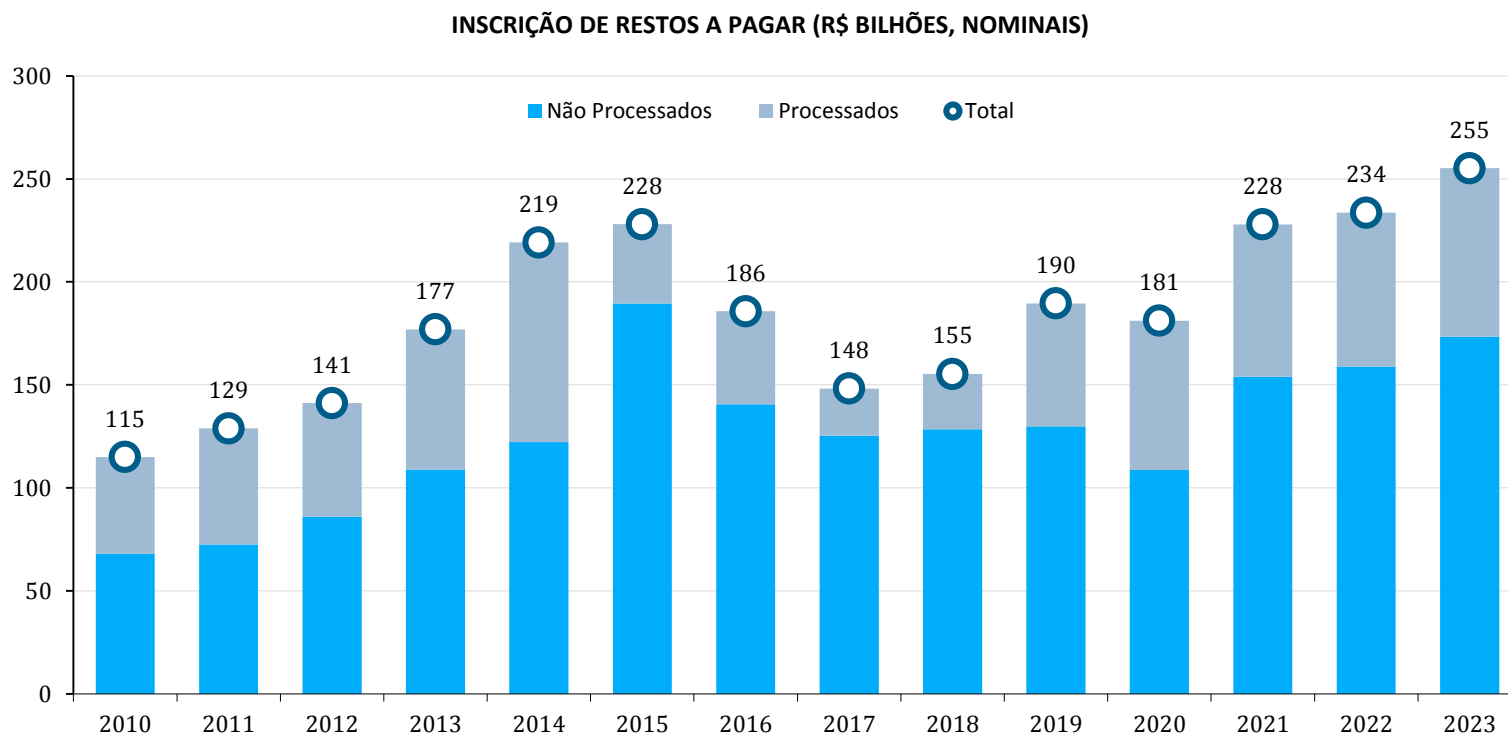
Elaboração IFI.

- Relatório extemporâneo evidenciou a necessidade de ajuste de R\$ 2,8 bilhões para cumprimento do teto de gastos.



Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas de dezembro (Extemporâneo). Elaboração IFI.

- Estoque de inscrição de restos a pagar para 2023 foi de R\$ 255,2 bilhões.
- O número representou uma elevação nominal de R\$ 25,6 bilhões (9,2%) em relação ao estoque de 2022.



Fonte: SIGA Brasil. Elaboração IFI.

- Cenário da IFI para despesas primárias da União de 2023 é de R\$ 1.983,0 bilhões (18,7% do PIB).
- A diferença entre o projetado pela IFI e o fixado na peça orçamentária corresponde, principalmente, as despesas discricionárias do Poder Executivo Federal e aos gastos com pessoal, cujo reajustes salariais só foram confirmados para os poderes Judiciário, Legislativo e MPU, TCU e DPU.

DESPESA PRIMÁRIA DA UNIÃO 2023 – CENÁRIO BASE DA IFI E PROGRAMAÇÃO DO GOVERNO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022	Governo	IFI	Diferença		Diferença	
	(realizado)	(LOA 2023)	(em jan/23)	(IFI - Gov.)		(IFI - 2022)	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	R\$ bi	%
Despesa Primária	1.802,40	2.037,30	1.983,00	-54,3	-2,7	180,6	10
Obrigatórias	1.650,30	1.838,20	1.815,30	-22,9	-1,2	165	10
Previdência	796,9	864,6	868,4	3,8	0,4	71,5	9
Pessoal	338	367,8	354	-13,8	-3,8	16	4,7
Abono e Seguro	64,3	70,3	68,1	-2,2	-3,2	3,8	5,9
BPC	78,8	87,8	87	-0,8	-1	8,1	10,3
Bolsa Família / Auxílio Brasil	88,2	175,7	174,4	-1,3	-0,8	86,2	97,7
Pecatórios (custeio e capital)	17,4	24,7	24,7	0	0	7,3	42
Complementação ao FUNDEB	32,9	40	38,6	-1,4	-3,5	5,7	17,2
Subsídios e Subvenções	15,6	20,3	20,3	0	0	4,7	30,1
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	15,2	20,7	16,3	-4,4	-21,4	1,1	7,1
Desoneração da folha	3,1	0	0	0	-	-3,1	-
Créditos extraordinários	47	0	5	5	-	-42	-89,4
Demais obrigatórias	152,9	166,3	158,7	-7,7	-4,6	5,7	3,8
Discricionárias do Executivo	152,1	199	167,7	-31,4	-15,8	15,6	10,3

Fonte: Autógrafo LOA 2023, Siga Brasil, STN e IFI. Elaboração IFI.

- Aumento esperado na despesa primária da União em 2023 é de 0,7 p.p. do PIB. A expansão nominal ocorre tanto nos gastos obrigatórios quanto nos gastos discricionários.
- Para 2024, a expectativa da IFI é de que a despesa primária da União caia para 18,5% do PIB, ou R\$ 2.096,6 bilhões.

DESPESA PRIMÁRIA DA UNIÃO 2023 E 2024 – CENÁRIO DA IFI (R\$ BILHÕES E % DO PIB)

Discriminação	2022 (Realizado)		IFI (Cenário 2023)		IFI (Cenário 2024)		Diferença (p.p. do PIB)	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	22 - 23	23 - 24
Despesa Primária	1.802,40	18	1.983,00	18,7	2.096,60	18,5	0,7	-0,2
Obrigatórias	1.650,30	16,5	1.815,30	17,1	1.917,90	17	0,6	-0,2
Previdência	796,9	8	868,4	8,2	934,3	8,3	0,2	0,1
Pessoal	338	3,4	354	3,3	369	3,3	0	-0,1
Abono e Seguro	64,3	0,6	68,1	0,6	72,7	0,6	0	0
BPC	78,8	0,8	87	0,8	93,9	0,8	0	0
Bolsa Família / Auxílio Brasil	88,2	0,9	174,4	1,6	172,9	1,5	0,8	-0,1
Precatórios (custeio e capital)	17,4	0,2	24,7	0,2	26	0,2	0,1	0
Complementação ao FUNDEB	32,9	0,3	38,6	0,4	45,6	0,4	0	0
Subsídios e Subvenções	15,6	0,2	20,3	0,2	21	0,2	0	0
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	15,2	0,2	16,3	0,2	16,9	0,1	0	0
Desoneração da folha	3,1	0	0	0	0	0	0	0
Créditos extraordinários	47	0,5	5	0	0	0	-0,4	0
Demais obrigatórias	152,9	1,5	158,7	1,5	165,6	1,5	0	0
Discricionárias do Executivo	152,1	1,5	167,7	1,6	178,7	1,6	0,1	0

- O novo regime de pagamentos de precatórios instituído pela EC 114 também excluiu parte dessas despesas do teto de gastos.
- Em julho, a Emenda Constitucional nº 123 (EC 123), autorizou diversos gastos extraordinários nos últimos meses de 2022, a autorização dessas despesas alcançou R\$ 41,3 bilhões, dos quais R\$ 36,4 bilhões, ou 88,1%.

GASTOS DA EC 123 (R\$ MILHÕES, A PREÇOS CORRENTES)

Gastos	Autorizado	Realizado	Realizado/Autorizado (%)
Extensão do Auxílio Brasil	26.000,00	24.929,50	95,9
Auxílio gás	1.050,00	1.050,00	100
Auxílio aos caminhoneiros	5.400,00	2.329,70	43,1
Aporte financeiro aos entes federados para custeio do transporte coletivo	2.500,00	2.497,10	99,9
Auxílio financeiro aos Estados que outorgarem créditos do ICMS aos produtores ou distribuidores de etanol	3.800,00	3.617,70	95,2
Auxílio a taxistas	2.000,00	1.877,90	93,9
Suplementação do Programa Alimenta Brasil	500	55,1	11
Total	41.250,00	36.357,10	88,1

Fonte: EC 123 e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

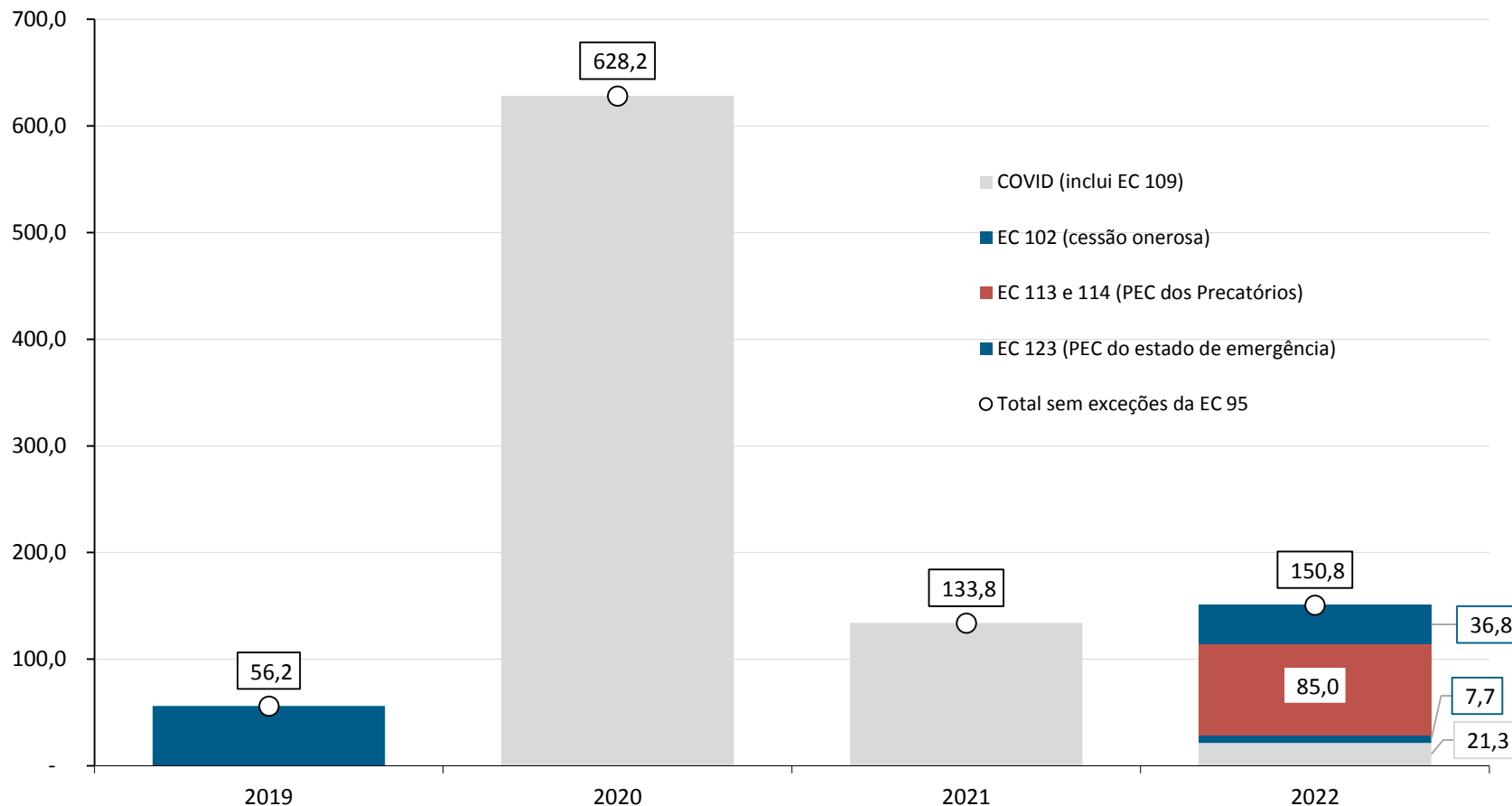
- As exceções ao teto de gastos criadas por meio de emendas constitucionais entre 2019 e 2022 somaram R\$ 185,6 bilhões, já considerando a inflação.
- Apenas em 2022, as exceções ao teto criadas por meio de emendas constitucionais somaram R\$ 129,5 bilhões, R\$ 85,0 bilhões dos quais decorrentes da PEC dos Precatórios e R\$ 36,8 bilhões derivados da PEC do Estado de Emergência.

GASTOS EXTRATETO – 2017 A 2022 (R\$ BILHÕES) – A PREÇOS CONSTANTES (DEZ/22)

Medida	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EC 95 (exceto Covid)	334.636,60	369.577,60	385.061,20	343.406,30	428.954,80	450.043,30
COVID (inclui EC 109)	-	-	-	628.216,30	133.837,60	21.345,20
EC 102 (cessão onerosa)	-	-	56.152,10	-	-	7.737,20
EC 113 e 114 (PEC dos Precatórios)	-	-	-	-	-	84.973,90
EC 123 (PEC Kamikaze)	-	-	-	-	-	36.762,20
Total	334.636,60	369.577,60	441.213,30	971.622,60	562.792,40	600.861,90
Total sem exceções da EC 95	-	-	56.152,10	628.216,30	133.837,60	150.818,50
Total sem exceções da EC 95 e gastos da covid	-	-	56.152,10	-	-	129.473,30

Fonte: Tesouro e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

EXCEÇÕES AO TETO DE GASTOS CRIADAS DURANTE A VIGÊNCIA DA REGRA E GASTOS COM A COVID-19 (PAGAMENTOS TOTAIS EM R\$ BILHÕES DE DEZ/2022)



Fonte: Tesouro e IFI. Elaboração: IFI.

- Arrefecimento na arrecadação e crescimento da despesa farão resultado primário voltar a ser negativo em 2023.
- Contribuiriam para esse desempenho a piora na projeção da receita líquida, que diminuiria de 18,6% do PIB, em 2022, para 17,6% do PIB neste ano, assim como a expansão na despesa primária, que cresceria 0,6 p.p. do PIB em 2023, alcançando 18,7% do PIB.

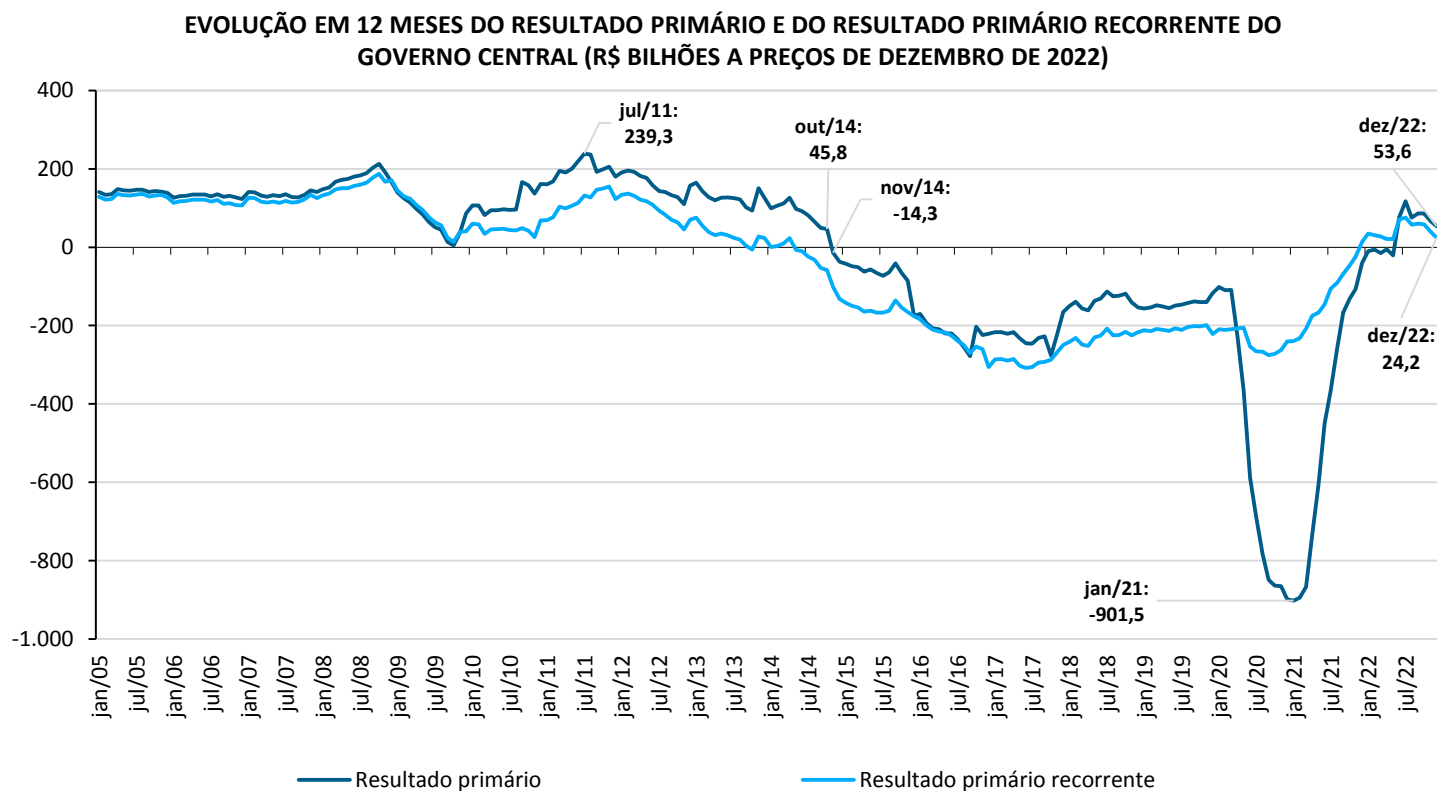
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL E PROJEÇÕES PARA 2023 E 2024, NO CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021		2022		2023*		2024*	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Receita líquida	1.579,10	17,70%	1.853,00	18,50%	1.862,50	17,60%	2.013,10	17,80%
Despesa primária	1.614,20	18,10%	1.802,40	18,00%	1.983,00	18,70%	2.096,60	18,50%
Resultado primário	-35,1	-0,40%	50,6	0,50%	-120,5	-1,10%	-83,6	-0,70%

* 2023 e 2024: projeções.

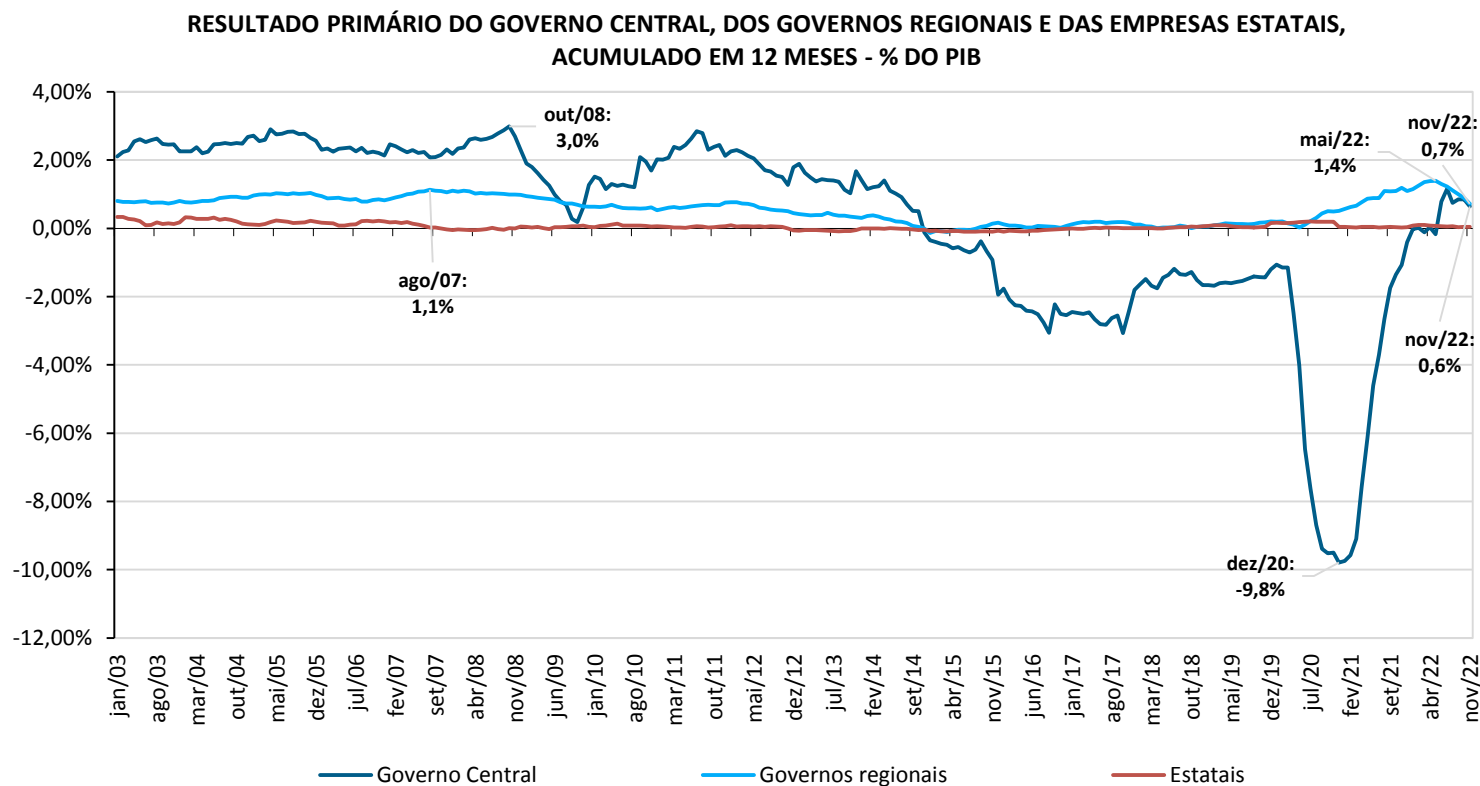
Fonte: IFI.

- O resultado convencional foi de um superavit de R\$ 53,6 bilhões em dezembro, já o resultado recorrente foi positivo em R\$ 24,2 bilhões.
- Ao longo de 2023, essas curvas voltarão a registrar valores negativos.



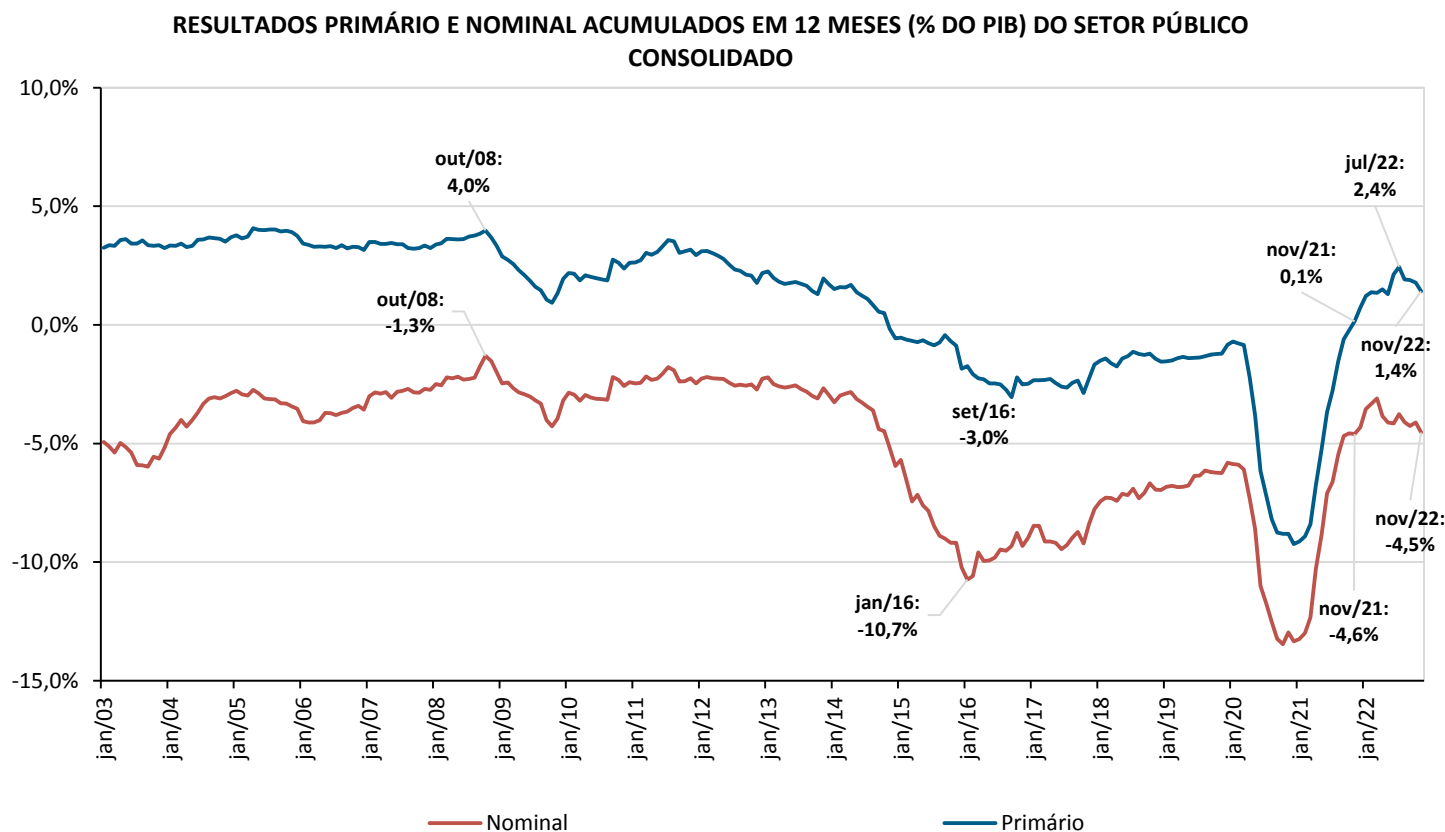
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Siga Brasil e Tesouro Gerencial. Elaboração: IFI.

- Na comparação em 12 meses, superavit primário dos entes subnacionais continuou acima do resultado do governo central.
- Superavit primário dos governos regionais alcançou 1,4% do PIB em maio e depois passou a cair, atingindo 0,7% do PIB em novembro na comparação em 12 meses.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Em novembro, o setor público teve superavit primário de R\$ 137,9 bilhões (1,4% do PIB), contra R\$ 173,1 bilhões (1,8% do PIB) em outubro e R\$ 181,4 bilhões (1,9% do PIB) em setembro.
- O resultado nominal do setor público foi negativo em R\$ 443,9 bilhões (4,5% do PIB) nos 12 meses encerrados em novembro.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

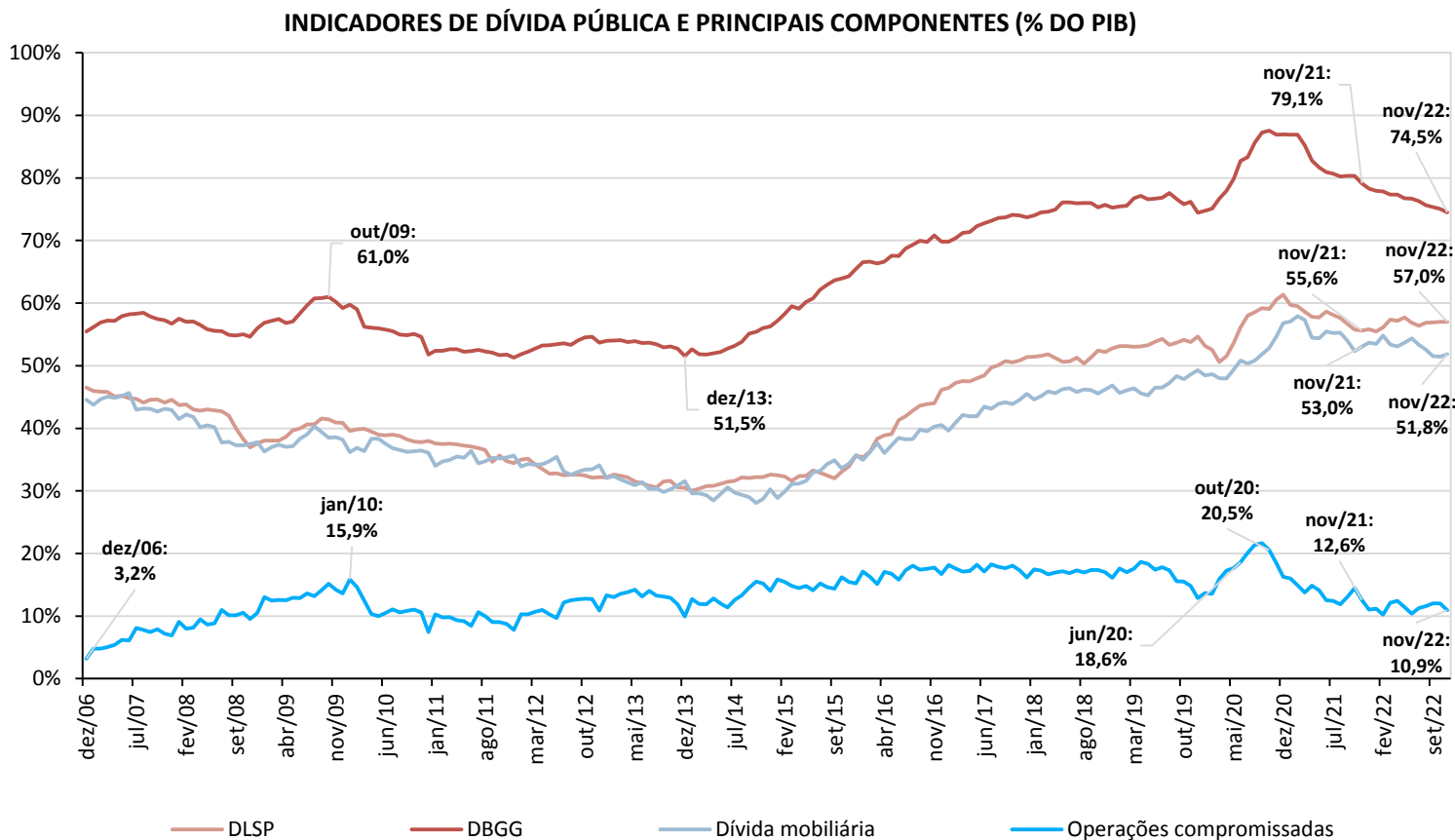
- Despesa de juros ficou relativamente estável em novembro, em um nível elevado.
- A partir de julho de 2022, a despesa de juros passou a registrar reduções na margem como consequência do arrefecimento da inflação, acomodando-se em um patamar relativamente elevado.

DESPESA DE JUROS NOMINAIS ACUMULADA EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



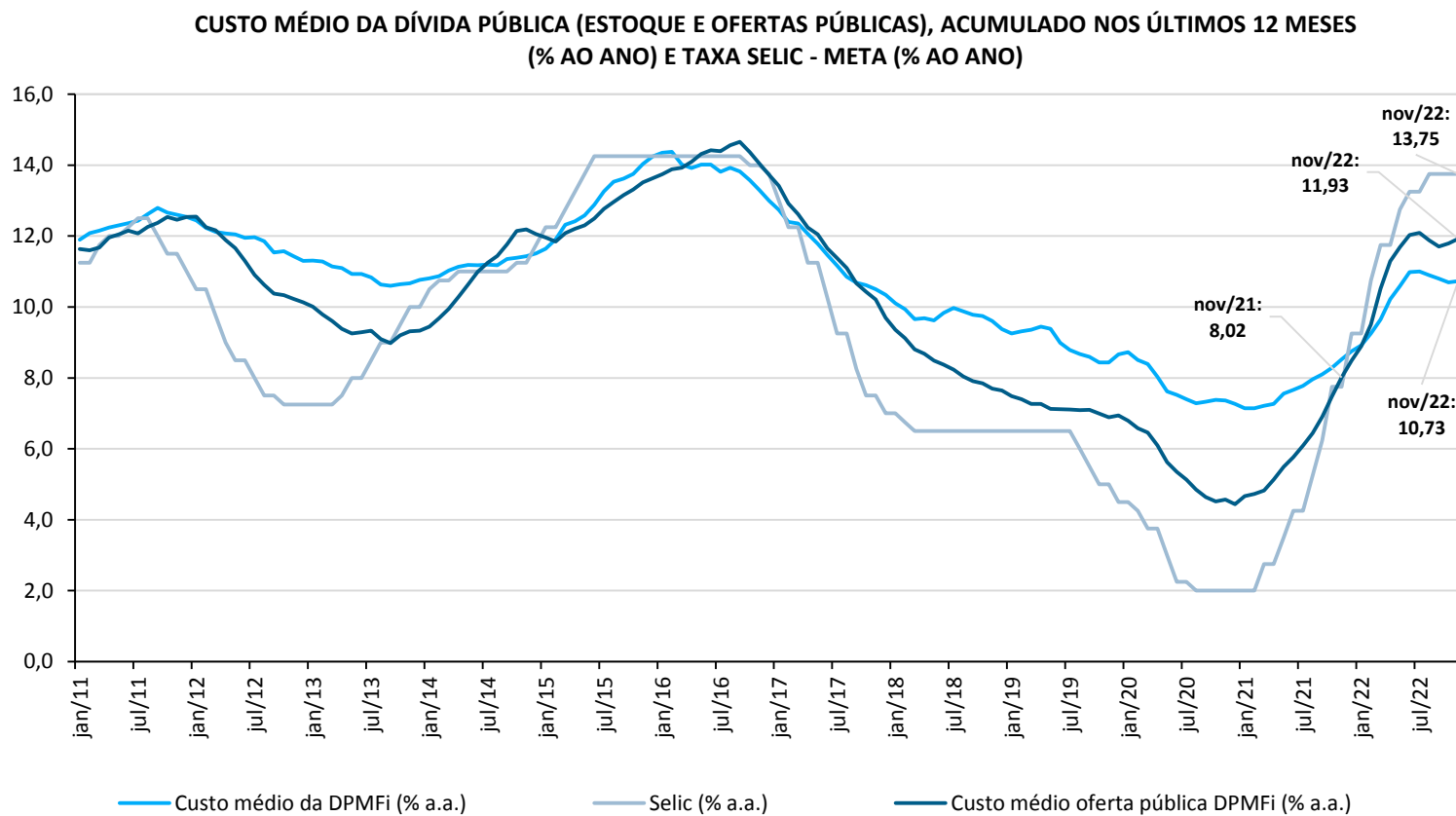
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) recuou de 75,1% do PIB (R\$ 7.297,9 bilhões) em outubro para 74,5% do PIB (R\$ 7.290,9 bilhões) em novembro.
- Dívida Líquida ficou estável em novembro, em nível relativamente elevado.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Custo médio do estoque da DPMFi tem se acomodado em níveis relativamente elevados.
- O custo médio do estoque da DPMFi voltou a subir em novembro, para 10,73% a.a. (ante 10,69% a.a. em outubro).



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Primário requerido para estabilizar a dívida bruta em 2023 seria de 2,5% do PIB.
- Cenário considera as projeções da IFI para a taxa real de juros implícita da dívida bruta em 4,3% e crescimento real da economia de 0,9%.

RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 74,1% DO PIB

DBGG em t		Juros Reais implícitos da DBGG							
		0,50%	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	3,00%	3,90%	4,30%
PIB real (% a.a.)	74,10%	0,50%	0,90%	1,50%	1,90%	2,50%	3,00%	3,50%	
		0,00%	0,40%	0,70%	1,10%	1,50%	1,80%	2,50%	2,80%
		-0,30%	0,10%	0,40%	0,80%	1,20%	1,50%	2,20%	2,50%
		-0,70%	-0,40%	0,00%	0,40%	0,70%	1,10%	1,80%	2,00%
		-1,00%	-0,70%	-0,30%	0,10%	0,40%	0,80%	1,50%	1,70%
		-1,40%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,00%	0,40%	1,00%	1,30%
		-1,80%	-1,40%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,00%	0,60%	0,90%
	-2,10%	-1,80%	-1,40%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,30%	0,60%	

Fonte e Elaboração IFI.

Projeções da IFI para 2022 e 2023

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2023			2024		
	Dezembro	Janeiro	Comparação	Dezembro	Janeiro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,88	0,89	▲	1,70	1,58	▼
PIB – nominal (R\$ bilhões)	10.590,05	10.606,50	▲	10.975,90	11.305,58	▲
IPCA – acum. (% no ano)	4,69	5,30	▲	3,44	3,73	▲
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,23	5,26	▲	5,23	5,34	▲
Ocupação - crescimento (%)	0,44	0,44	▲	0,85	0,79	▼
Massa salarial - crescimento (%)	0,88	0,89	▲	1,70	1,58	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	11,50	12,00	▲	8,50	9,50	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	5,50	6,52	▲	4,19	4,45	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,84	-1,34	▼	-0,87	-0,94	▼
dos quais Governo Central	-0,84	-1,14	▼	-0,87	-0,74	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,68	6,23	▲	5,61	5,91	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,52	-7,56	▼	-6,48	-6,85	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	77,23	77,79	▲	81,21	79,79	▼